



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLII
Área de conhecimento: Ciências Humanas
Trabalho de Conclusão de Curso

Título:

**AS ASSEMBLEIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE
(1976 – 2017)**

Acadêmica Turma 2010:
Sinésia Forte dos Santos

Orientação:
Carina Santos de Almeida

Oiapoque, abril de 2018

AS ASSEMBLEIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE (1976 – 2017)

Aluna: Sinésia Forte dos Santos

Orientadora: Carina Santos de Almeida

RESUMO

Esta pesquisa aborda as Assembleias dos povos indígenas do Oiapoque e sua importância, nesse sentido, procurou saber como os povos Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kal'ina se organizaram politicamente nesse processo. Este estudo apresenta, a partir de um olhar mais amplo, o momento singular do surgimento das Assembleias na região, como estas se organizavam e se organizam, quais foram os personagens articuladores das Assembleias, bem como suas formas de realização desde o início no ano de 1976 até o ano de 2017. Eu realizei a pesquisa através de entrevistas com algumas lideranças indígenas e não indígenas que trabalharam em parceria com o movimento indígena, quando pude conversar sobre seus envolvimento nesse processo, além de aplicar, em alguns casos, um questionário semi-estruturado. A pesquisa possibilitou conhecer com maior profundidade o contexto político específico do movimento indígena dos povos de Oiapoque, a constituição e a continuidade das Assembleias, as ações promovidas a partir destas na resolução dos problemas, soluções encontradas pelas lideranças para atender as necessidades das comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas de Oiapoque, Assembleias; Lideranças; Movimento Indígena.

INTRODUÇÃO

Chamo-me Sinésia Forte dos Santos e segundo conta minha mãe, Filomena Anika Forte, nasci em Clevelândia, localidade vizinha a cidade de Oiapoque. Moro desde pequena na Aldeia Manga, sou filha de uma grande liderança, o cacique Luciano dos Santos. Concluí o terceiro ano do Ensino Médio na cidade de Oiapoque porque não tinha na Aldeia. Depois, retornei para a Aldeia com os estudos concluídos, e então tive a oportunidade de estudar o Magistério na Aldeia Manga.

Eu fui contratada para trabalhar como professora pela Associação dos Galibi-Marworno (AGM) durante seis (6) meses no ano de 2004, assim como outros professores indígenas. Contudo, o contrato dos professores terminou e as lideranças indígenas sabendo que o governador do Estado viria até a Aldeia Manga no dia 19 de abril de 2006, para participar do Dia do Índio, resolveram se reuniram com o governador para discutir uma solução na contratação de professores para as escolas indígenas. Foi nesse momento que os caciques aproveitaram a oportunidade para pedir ao governador que fizesse um concurso específico somente para os indígenas. Assim, fiz o concurso e fui aprovada, me tornei professora concursada para trabalhar de 1ª a 4ª série na minha Aldeia Manga e, desde então, estou trabalhando em sala de aula na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá.

O que me motivou a estudar no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) foi a oportunidade de acessar outros aprendizados, conquistar e aprofundar meus conhecimentos na área da educação que, conseqüentemente, trariam novos conhecimentos para ensinar os meus alunos, isso foi possível com o incentivo dos meus pais e minha determinação, assim, poderia trabalhar e ajudar na educação em minha comunidade. Eu escolhi em meus estudos no curso seguir a área de Ciências Humanas porque tenho interesse em conhecer e compreender as histórias dos antigos. Meu pai e minha mãe contam que desde pequenos ouvem histórias sobre o nosso povo na língua e atualmente vemos que muitos de nós que, vivemos na Aldeia Manga, não sabemos mais essas histórias e memórias referentes aos costumes e saberes do povo Karipuna. Estudando sobre cultura e história de meu povo eu posso contribuir para ensinar meus alunos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral mostrar aos mais jovens a importância e o significado das Assembleias dos povos indígenas do Oiapoque, Assembleias estas que na década de 1980 se dividiram em Assembleia Geral e Assembleia de Avaliação. Dentre os objetivos específicos definiu-se apresentar o momento singular do surgimento das Assembleias, como estas se organizavam e se organizam, quais foram os personagens articuladores das Assembleias e suas formas de realização desde a criação em 1976 até 2017. Procuro evidenciar com este estudo a seriedade e a responsabilidade das políticas indígenas promovidas pelos povos da região, mostrando um pouco das origens das Assembleias, sua história, formas de organização,

valor cultural ao longo do tempo e o significado histórico, social e político para a conquista e resguardo de nossos direitos.

O interesse em estudar este tema veio da luta cotidiana que vejo meu pai enfrentando como liderança indígena, ele sempre está à frente das Assembleias Indígenas para conquistar melhoria para o nosso povo. O meu pai, o cacique Luciano, enquanto representante da Aldeia Manga não busca melhoria somente para a nossa comunidade, ele se une aos outros líderes indígenas para contribuir com todos, assim, com sua ajuda tivemos várias conquistas. Meu pai me contou sobre como foi o seu interesse por se tornar um representante indígena do povo Karipuna, disse-me que, desde pequeno, junto com seus irmãos, costumava acompanhar seu pai, Henrique dos Santos, meu avô, um importante cacique antigo dos Karipuna, em diversos compromissos e lutas. Sou uma pessoa muito quieta e calma, porém, sempre me envolvi e ajudo no movimento indígena, apoiando as nossas lideranças e caciques, como também como professora. Desde jovem acompanhava meu pai e meu avô, recordo-me de muitos esforços do cacique Henrique dos Santos que fundou a Aldeia Estrela, inclusive, faço parte de uma das famílias de meu avô que vivia no Manga, enquanto a outra passou a viver na Estrela, Km 70 da BR-156.

Existem dois tipos de Assembleias dos povos indígenas do Oiapoque: a Assembleia de Avaliação e a Assembleia Geral. A Assembleia de Avaliação costuma ser “fechada”, ou seja, não permite a participação não indígena, acontece todos os anos no mês de fevereiro, esporadicamente, pode ocorrer no mês de agosto. Visa construir a pauta de reunião da Assembleia Geral, que podemos dizer que é “aberta” aos participantes não indígenas externos e acontece de dois em dois anos. A Assembleia de Avaliação ocorre no mês de agosto quando os caciques se reúnem para decidir no ano seguinte as próximas Assembleias de Avaliação e Geral. O objetivo geral das Assembleias é trazer boas conquistas para os povos indígenas e buscar resolver em conjunto os problemas de cada comunidade, ou seja, reivindicar, decidir, planejar e, acima de tudo, solucionar e defender os direitos dos povos indígenas com relação a saúde, a educação, a cultura, a terra e o meio ambiente.

Fazem parte das Assembleias, tanto a de Avaliação quanto a Geral, os quatro povos indígenas do Oiapoque: Palikur, Galibi Kali’na, Galibi-Marworno e Karipuna. Oiapoque localiza-se no norte do Estado do Amapá, extremo norte do Brasil, na fronteira com a

Guiana Francesa. Nessa região localizam-se três terras indígenas, a Terra Indígena Galibi, com 6.889 hectares, homologada 1982, a Terra Indígena Uaçá que tem 470.164 hectares e foi homologada em 1991 e a Terra Indígena Juminã, com 41.601 hectares, homologada em 1992. A população indígena de Oiapoque soma aproximadamente oito mil pessoas, distribuídas em mais de quarenta e nove aldeias (Tabela 1), localizadas nos rios Urukawá, Oiapoque, Uaçá, Juminã e Curipi e, ao longo da BR-156. Fazem parte das Assembleias, tanto a de Avaliação quanto a Geral, um cacique representando cada aldeia, acompanhado de seus conselheiros, ainda, alguns professores pela temática da educação e os agentes de saúde.

Esse trabalho foi realizado a partir de entrevistas, conversas e aplicação de questionário para importantes lideranças indígenas. Assim, participaram da pesquisa o cacique da Aldeia Manga, Luciano dos Santos, nascido em 05/12/1947, o padre Nello Ruffaldi, nascido em 12/02/1942, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que chegou no Brasil em 1971 e, que, a partir do ano de 1972, passou a integrar e representar o CIMI na região de Oiapoque, instituição da Igreja Católica recentemente criada pelo Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Também participaram da pesquisa o atual presidente do Conselho dos Cacique dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), Gilberto Iaparrá, nascido em 24/06/1971 e, também, os professores Estácio dos Santos, nascido em 12/10/1968 e Robersoni Anicá dos Santos, que não informou a data de nascimento. Todas estas lideranças participam das Assembleias de Avaliação e das Assembleias Gerais há muitos anos. Inicialmente, pretendia entrevistar um funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outro do Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ), contudo, no decorrer da pesquisa foi difícil encontrar algumas pessoas e mais ainda conseguir conversar e propor a realização desta entrevista, assim, optou-se pela não realização destas entrevistas.

Este trabalho foi construído a partir de várias fontes de pesquisa. Foi realizada a aplicação de um questionário semi-estruturado com o professor Estácio e o cacique geral Gilberto, também procurei conversar com o professor Robersoni, registrando em meu caderno campo todas as informações que ele compartilhava, em seguida, foram realizadas entrevistas gravadas em áudio e vídeo, todas transcritas, com o cacique Luciano e o Padre Nello, pois todas estas pessoas fizeram e ainda fazem parte da história das Assembleias indígenas do Oiapoque. Outrossim, acessei o acervo fotográfico pessoal do ex-cacique

Dionísio dos Santos Caripuna, por intermédio de seu sobrinho Maxwara dos Santos Cardoso e, pesquisei as reportagens realizadas no Jornal Mensageiro, do CIMI Norte sobre as Assembleias Indígenas de Oiapoque.

Quadro 1: Lista com o nome das aldeias, sua localização e o povo que participadas Assembleias de Avaliação e Geral dos Povos Indígenas de Oiapoque

NOME DA ALDEIA		LOCALIZAÇÃO	POVO	TERRA INDÍGENA	
1.	MANGA	RIO CURUPI	KARIPUNA	TERRA INDÍGENA UAÇÁ	
2.	ESPIRITO SANTO				
3.	SANTA IZABEL				
4.	JAPIM				
5.	PAIXUBAL				
6.	TXIPIDÓ				
7.	CURUPI				
8.	AÇAIZAL				
9.	TAMINÁ				
10.	ZACARIAS				
11.	PACAPUA				
12.	TAMYNA				
13.	JÕNDEF				
14.	BASTIÃO				
15.	ENCRUZO				
16.	BENOA				
17.	KÁRIA	BR-156	KARIPUNA		
18.	PÍQUIA		GALIBY MARWORNO		
19.	ARUMÃ				
20.	ESTRELA				
21.	SAMAUMA		PALIKUR		
22.	TUKAY		RIO URUKAWA		PALIKUR
23.	ANAWERA				
24.	KUAHI				
25.	KUMENE				
26.	FLECHA				
27.	TAWARY				
28.	URUBU				
29.	AMOMI				
30.	MANGUE				
31.	KWIKWIT				
32.	PUWAYTYEKET				
33.	KAMUYWA				
34.	YWAWKA				
35.	YANAWA				
36.	ARUATU	RIO UAÇÁ	GALIBY MARWORNO		
37.	TULUHI				
38.	PARAIKO				
39.	PARAMWAKA				
40.	FLAMA				
41.	KARIBUENE				
42.	KAXIUÁHI				
43.	TUCUIUI				
44.	MAGI				
45.	KUMARUMÃ				
46.	GALIBI	RIO OIAPOQUE	GALIBY KALINA		TERRA INDÍGENA GALIBI
47.	ARIRAMBA		KARIPUNA		TERRA INDÍGENA JUMINÃ
48.	WAHA				
49.	KUNANA				

Fonte: Adaptado de FUNAI, 2017.

1. CARACTERIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

As Assembleias sempre ocorrem nas comunidades indígenas. São planejadas pelos próprios povos, pelas suas lideranças e, a partir disso, é decidido o local onde será realizada e sua data, tudo em conjunto. Algumas parcerias ajudam na Assembleia, como o governo estadual e outras instituições, o CIMI, o IEPÉ e a FUNAI. Além das contribuições que a comunidade traz para ajudar na alimentação principalmente. Assim, as Assembleias são realizadas sempre de acordo com a participação da comunidade, também participam alguns convidados conforme o assunto a ser debatido. São representantes relacionados a educação, a saúde, ao meio ambiente, aos movimentos indígenas, entre outros.

A diferença circunstancial entre a Assembleia Geral e a Assembleia de Avaliação é que a segunda é restrita e abrange menos pessoas em participação, ou seja, é uma reunião em que são avaliados os assuntos que serão discutidos na Assembleia Geral. Os assuntos abordados nas Assembleias se repetem, mas na Assembleia Geral são mais amplos e envolvem os convidados externos, com eixos temáticos que permeiam todos os povos, sendo a Assembleia de Avaliação sempre mais específica (restrita) com relação as comunidades.

As importantes discussões realizadas durante as Assembleias promovem a valorização cultural e a identidade dos povos indígenas, pois é através delas que são implantados sistemas e projetos que contribuem para o fortalecimento cultural e social dos povos indígenas do Oiapoque. Toda a região do baixo rio Oiapoque, incluindo a bacia do rio Uaçá com seus afluentes, consiste numa área de fronteira em vários sentidos. Os povos indígenas vivem nas Terras Indígenas Juminã, habitada pelos povos Karipuna e Galibi-Marworno, situada no rio Oiapoque, ainda na Terra Indígena Uaçá, habitada pelos povos Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno, estes estão situados no rio Curipi, no rio Urukawá, no rio Uaçá e nas aldeias da BR-156, por fim, há a Terra Indígena Galibi, do povo Galibi Kali'na.

Para realizar as Assembleias cada comunidade contribui trazendo seus produtos alimentícios que foram doados pelas famílias. As Assembleias tem o apoio do governo Estadual para a alimentação e o combustível, pois as aldeias costumam ter o apoio do Estado. As Assembleias de Avaliação e Geral atualmente acontecem durante três dias, são promovidas e organizadas pela CCPIO com o apoio do IEPÉ, mas no início quando surgiu

essa forma de organização, as Assembleias eram organizadas pelas lideranças da comunidade com a parceria do CIMI, instituição que foi responsável por introduzir essa forma de articulação política indígena entre os povos do Oiapoque.

Então, no início tanto a Assembleia de Avaliação como a Geral eram realizadas de dois em dois anos. Atualmente, a Assembleia de Avaliação acontece todos os anos, sendo sobretudo no mês de fevereiro, enquanto que a Geral vem acontecendo de acordo com a demanda política dos povos indígenas, ou seja, tem época em que ocorre de forma bienal, dois em dois anos, noutros momentos ocorre em sequência, a cada ano. Como exemplo destaco a Assembleia Geral que ocorreu em agosto de 2015 na Aldeia de Kumenê e a que ocorreu no ano seguinte, em agosto de 2016, quando aconteceu outra Assembleia Geral na Aldeia de Kumarumã. Contudo, a próxima Assembleia Geral está prevista para acontecer no ano de 2018.

Essa divisão em Assembleia de Avaliação e Geral surgiu a partir da demanda política dos povos indígenas, no início chamava-se apenas 'Assembleia', sem estas definições específicas, o padre Nello ressalta que essas Assembleias eram de "avaliação" e de "programação", quando as lideranças se reuniam:

Então, a partir desta data, praticamente 75, 77, que veio o costume, aqui na área, de realizar a cada ano uma Assembleia de Avaliação e Programação, que reunia representante de todas as aldeias, não em número grande como hoje, mas tinha lideranças, coordenadores de igreja, tinha professores, pessoal da saúde. (Entrevista cedida a autora em 27 de abril de 2015).

Quando questionei o padre Nello sobre quem poderia participar destas reuniões nas Assembleias, ele informou que havia representantes das aldeias e que as Assembleias mais gerais começaram a ocorrer a cada dois anos, contando com a participação das instâncias governamentais, mas que havia Assembleias todos os anos:

Os índios sediavam né, tinha que ser representante de cada aldeia, representando o pessoal que podia opinar quantos aos problemas da aldeia, enquanto os problemas de saúde e educação, de economia que tinha, as cooperativas, de demarcação de terra, limpeza do pique, caça normal. Daí o pessoal começou a se organizar e a cada dois anos por aí tinha uma Assembléia mais geral, maior, em que os índios convidavam a autoridades não indígenas do município, do governo, da secretaria para reivindicarem seus direitos na parte de educação, saúde, professores, escola, contratações, aí foi costume que todo ano teve as Assembleias. (Entrevista cedida a autora em 27 de abril de 2015).

1.1 A ASSEMBLEIA DE AVALIAÇÃO COMO UM MOMENTO DE “AVALIAÇÃO”

A Assembleia de Avaliação é o meio através do qual as lideranças indígenas de cada comunidade se reúnem para discutir os problemas comuns dos povos ali representados, com a finalidade de reivindicar e cobrar seus direitos para melhorar a sua qualidade de vida e a infra-estrutura de suas aldeias. Na Assembleia de Avaliação as pessoas que participam são caciques, conselheiros, professores, agentes de saúde e jovens. Esta acontece sempre antes da Assembleia Geral e caracteriza-se por discutir a pauta central da próxima Assembleia Geral.

Na Assembleia de Avaliação todos os caciques falam e explicam os problemas da sua comunidade, depois, falam todos os membros das comunidades presentes. Participam obrigatoriamente os enfermeiros, os diretores, os pedagogos e os secretários das escolas e, ainda, participam os professores que são escolhidos através de sorteios – pois as Assembleias não comportam todos os professores, contudo, se for na aldeia sede, todos acabam participando – a cada Assembleia que ocorre são escolhidos novos professores, acontece também de alguns professores se manifestarem para participar da Assembleia porque são conselheiros ou por disponibilidade. A Assembleia de Avaliação do ano tem como objetivo planejar a Assembleia Geral do ano seguinte, assim, as lideranças indígenas representadas pelos caciques, fazem uma reunião prévia coordenada pelo cacique geral do CCPIO, onde montam a pauta para a Assembleia.

Na verdade, quem recebe os convidados das Assembleias é o cacique, acompanhado de outras pessoas da aldeia que está sediando o evento, seja ela de Avaliação ou Geral. As pessoas ficam hospedadas em alojamentos construídos pela comunidade e/ou em alojamentos públicos que tem na aldeia, como a escola, posto de saúde e outros. As refeições como o café da manhã, o almoço, o jantar e a merenda, além do xibé,¹ são servidas no casarão onde está acontecendo a reunião.

Atualmente, no primeiro dia da Assembleia de Avaliação acontece uma cerimônia de abertura com apresentação de várias práticas culturais pelos jovens. Nesta abertura ocorre uma “cerimônia religiosa”, nas primeiras edições das Assembleias essa cerimônia

¹ O xibé é um alimento tradicional entre os povos indígenas do Oiapoque, consiste em comer a farinha de mandioca, de qualquer tipo, menos a macaxeira, servida junto com água na cuia, adicionada de pimenta verde ou amarela e sal.

era religiosa era católica, vale lembrar que o CIMI é um dos principais apoiadores, mas nos últimos anos ocorre também uma cerimônia religiosa evangélica, recordo-me que desde quando comecei a participar destas Assembleias, os pajés não costumam fazer nenhuma intervenção na abertura, contudo, essa intervenção vem na sequência do evento ou em seu encerramento. Após esta abertura, começa a ser debatido o primeiro tema definido pelos caciques. As pessoas responsáveis por organizar a Assembleia são alguns caciques, o presidente do CCPIO, os parceiros das organizações não governamentais como CIMI, IEPÉ, FUNAI e, também, os próprios indígenas representantes das associações. Após a chegada dos participantes, suas acomodações na aldeia receptiva e a abertura do evento, reúnem-se os organizadores na mesa de discussão e começam os assuntos que serão abordados, dentre eles destacam-se temas sempre recorrentes e fundamentais, como movimento indígena, educação, gestão territorial e ambiental, saúde indígena, política indigenista.

O segundo dia sempre inicia com uma oração e depois é dada a continuidade no tema previsto a ser debatido. O terceiro dia começa e termina debatendo os últimos temas, sendo que desde o segundo dia é feito uma Ata que, nesse caso, é finalizada no último dia, sendo lida para a plenária aprovar o que foi decidido na Assembleia. Outros documentos também são elaborados para que sejam encaminhadas as reivindicações às autoridades competentes. Na realidade, todas as demandas que foram debatidas na Assembleia de Avaliação são encaminhadas as autoridades, mas isso vai depender dos caciques que sempre tem que cobrar para que sejam atendidas as demandas.

Durante a Assembleia de Avaliação são discutidas as necessidades das aldeias para que na Assembleia Geral essas problemáticas sejam abordadas, debatidas e apresentadas às autoridades de vários setores do governo que estão presentes na Assembleia; dessa forma, o governo deverá considerar estas necessidades e problemáticas para que possam ser solucionadas ou não. Em geral, a Assembleia de Avaliação é feita nas pequenas comunidades, porque só os caciques, conselheiros, professores, agentes de saúde e alguns jovens e pessoas mais idosas são convidados para participar desse momento de avaliação. No ano de 2017 ocorreu na Aldeia Manga a Assembleia de Avaliação, sendo que não houve nesse ano a Assembleia Geral. O cacique Luciano dos Santos informou que essa Assembleia de 2017 ocorreu no Manga, excepcionalmente, por falta de alojamento em outras aldeias menores.

1.2 A ASSEMBLEIA GERAL COMO UM MOMENTO DE “REIVINDICAÇÃO”

A Assembleia Geral é a maior reunião dos povos indígenas de Oiapoque. Ela convoca os órgãos que trabalham com os povos indígenas, estas instituições que participam ouvem os caciques apresentar as demandas, quando estes pedem algumas soluções, principalmente do governo estadual. Esse é o momento de as lideranças “cobrarem” o governo. As Assembleias Gerais sempre foram feitas nas áreas indígenas, nas maiores aldeias, como Kumarumã, Manga, Kumenê, Santa Isabel e Espírito Santo. Eram feitas nas grandes comunidades por falta de estrutura das aldeias pequenas.

Quando surgiram as primeiras Assembleias dos povos indígenas do Oiapoque na década de 1970 só participavam as grandes lideranças da comunidade, acompanhadas de seus conselheiros e suas esposas e filhos. Naquela época participavam poucas aldeias, como as aldeias Espírito Santo, Santa Isabel e Manga no rio Curipi, a Aldeia Kumarumã no rio Uaçá, as aldeias Tauari, Flexa e Kumenê no rio Urukawá e a Aldeia Galibi no rio Oiapoque. Então, nos primeiros anos de Assembleia as pessoas que participavam eram, principalmente, as lideranças indígenas e os representantes do CIMI e FUNAI.

O CIMI foi o apoiador da Assembleia, enquanto que a FUNAI, por ser representante institucional dos povos indígenas, sempre foi envolvida. Naquela época ainda não havia professores indígenas, mas já havia alguns indígenas que atuavam na saúde. Além das lideranças também participavam das Assembleias algumas mulheres, que iam para apoiar na elaboração da comida (Fotografia 1), alguns homens iam somente para participar de jogos e brincadeiras. Geralmente, essas pessoas que apoiavam eram as mulheres, filhos e família das lideranças (Fotografia 2). Naquela época as comunidades sempre colaboraram com alimentação para a realização das Assembleias.

Fotografia 1: Organização da alimentação em uma Assembleia, possivelmente na década de 1990



Fonte: Acervo de Dionísio dos Santos Caripuna, cedido por Marxwara dos Santos Cardoso.

Fotografia 2: Crianças e mulheres na preparação da alimentação em um Assembleia, possivelmente entre as décadas de 1970 e 1980



Fonte: Acervo de Dionísio dos Santos Caripuna, cedido por Marxwara dos Santos Cardoso.

Atualmente, participam das Assembleias muitos indígenas, 200 pessoas ou mais, cada cacique leva consigo pessoas para ouvir, ajudar e colaborar na Assembleia, principalmente indígenas da saúde e educação, para que estes possam se posicionar sobre os problemas relacionados ao seu campo de atuação profissional. Integram as Assembleias as associações e organizações indígenas e, muitas vezes, as organizações não governamentais (ONGs) como o IEPÉ e The Nature Conservancy (TNC), tais organizações não indígenas geralmente participam como “parceiros”, sobretudo na questão financeira, para ajudar na realização das Assembleias. Dentre os convidados estão os setores dos órgãos governamentais que dão satisfação das políticas públicas aplicadas às questões indígenas em várias instâncias. Os professores indígenas participam na questão da organização e colaboram na elaboração de documentos que são realizados ao longo da Assembleia. Estes documentos são entregues aos setores dos órgãos governamentais.

Conforme conta o cacique Luciano dos Santos, antigamente participavam da Assembleia Geral todas as pessoas que moravam na comunidade que sediava a Assembleia, inclusive, segundo esclarece o professor Robersoni Anicá dos Santos, no passado as famílias se envolviam bastante na realização da Assembleia, porque cada comunidade levava um time de futebol, participava da competição de arco e flecha, integrava a Dança do Turé e, no final da Assembleia, envolvia-se no baile de encerramento. O professor Robersoni, filho do senhor Mario, um antigo funcionário indígena da FUNAI na região, explica que antigamente as Assembleias Gerais tinham seus momentos de parada de discussão para a realização de atividades de diversão, esporte e lazer (Fotografia 3) envolvendo a comunidade e principalmente os jovens, por outro lado, as mulheres ficavam responsáveis na parte da cozinha, para fazer a alimentação de todos e, também, cuidavam dos filhos.

Hoje, percebe-se uma grande mudança na realização da Assembleia Geral porque muitas pessoas da comunidade passaram a participar, temos o grupo de jovens da Igreja católica, o grupo das mulheres que formam a organização da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIN), participa o grupo dos professores membros da Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque (OPIMO). Todos estes grupos e os órgãos externos são convidados a participar das Assembleias Gerais, assim como toda a comunidade receptiva. A forma de realizar e organizar as Assembleias Gerais mudou, o cacique Luciano me contou em muitas de nossas conversas que as aldeias

tiveram um grande crescimento no número de famílias, a população aumentou cada vez mais, no passado só existiam cinco aldeias indígenas, Espírito Santo, Santa Izabel, Kumarumã, Kumenê e Galibi, recorda que inclusive morava nessa época na Aldeia Santa Izabel, agora são 49 aldeias indígenas que fazem parte das Assembleias.

Fotografia 3: Premiação do esporte durante a 8ª Assembleia Geral, realizada na Aldeia Santa Izabel, de 19 a 21 de setembro de 1997



Fonte: Acervo de Dionísio dos Santos Caripuna, cedido por Marxwara dos Santos Cardoso.

A Assembleia Geral segue a mesma forma de organização que a Assembleia de Avaliação, não tem muita diferença, os caciques planejam todo o encontro, sua pauta e demanda. Inicia sempre com as lideranças da comunidade receptora dando boas vindas e desejando uma boa reunião a todos os povos. Em seguida a Assembleia Geral começa com algumas apresentações de alunos das aldeias, após os caciques representantes de cada aldeia começam a se apresentar. Antes de compor a mesa de abertura da Assembleia é lida a pauta da reunião com os temas que serão discutidos em cada dia, como cultura, meio ambiente, Educação Escolar Indígena, movimento indígena, direitos dos povos indígenas, projetos de lei no Congresso, políticas partidárias, entre outros. Em seguida são

apresentadas as organizações que farão parte da mesa de abertura, como o CIMI, o Museu Kuahí, o IEPÉ, a FUNAI, a TNC, a Secretaria dos Povos Indígenas (SEPI), Secretaria Estadual de Educação (SEED/Amapá), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a UNIFAP e, dessa forma, começam as discussões dos três dias, até o encerramento que ocorre com uma festa.

Comecei a acompanhar as Assembleias desde quando o meu pai, o cacique Luciano, se tornou uma liderança na comunidade Manga. Ele não fica parado em nossa Aldeia, sempre procura selecionar os nossos problemas, está sempre viajando, participando de reuniões e quando chega repassa para nossa comunidade tudo sobre o problema. Minha mãe conta que como meu pai não deixava a família para ir resolver as questões da Aldeia como liderança, costumávamos acompanhar ele em suas viagens e reuniões. E isso me incentivou bastante, porque vejo a preocupação das lideranças em cada Assembleia que ocorre, elas querem ver suas comunidades satisfeitas e com seus problemas solucionados. De fato, participei mais ativamente das Assembleias quando me tornei professora em 2006, desde então, me envolvi diretamente com esses encontros e participo sempre, tanto das Assembleias de Avaliação como das Assembleias Gerais.

2. O SURGIMENTO DAS ASSEMBLEIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

As Assembleias dos Povos Indígenas de Oiapoque tiveram início na década de 1970. Nessa época a nossa principal preocupação, conforme é possível perceber no Jornal Mensageiro, era com relação às terras que ainda não estavam demarcadas e, por conta disso, ocorriam com frequência invasões dos não indígenas.

Nós, povos indígenas, temos nossa autonomia, somos capazes de construir um projeto de vida para nossas aldeias, somos capazes de estudar fora da comunidade junto com os não índios, hoje temos organizações próprias. Sobre a questão da “autonomia”, o Padre Nello explica que nós povos indígenas fomos considerados “incapazes” naquela época e, que, quando ele chegou à região, percebeu que “nos diziam” o que fazer. Então, o Padre ficou muito preocupado com essa situação e iniciou um trabalho de orientação conosco, sobretudo com relação aos nossos direitos. Nessa ocasião, o Padre iniciou um trabalho fazendo reuniões com lideranças e foi nesse contexto que as Assembleias surgiram e que a cada ano as lideranças foram aprendendo a serem de fato líderes e

cobrar dos governantes as necessidades dos povos. Na sua compreensão, aos poucos todos os povos foram se tornando autônomos nas suas demandas e decisões que sempre visavam apoiar o grupo de acordo com a necessidade coletiva de todos da região.

Então, a partir daí teve também ah, um outro caminho, outra prioridade, que era a autonomia dos povos indígenas, porque até então, os índios eram considerados como incapazes, como pessoas que não tinham ideias claras, eram os outros que diziam a eles o que fazer, a FUNAI, a igreja, o estado, os professores, gente de fora, então se me diz 'não, o índio é muito capaz, ele tem que ser autônomo', a gente tem que respeitar, levar, não o nosso projeto de vida pra ele, mas ajudar eles a formularem e defenderem seu próprio projeto de vida. Então, isso agente chamava de autonomia, autodeterminação chamava, mas depois formulou melhor autonomia. Então, respeito pela decisão do... o índio em primeiro lugar, o missionário a serviço. O missionário vai na aldeia primeiramente aprender, depois pode até contribuir, mas primeiro aprender.

Conforme explica o Padre Nello, as lideranças indígenas do Brasil estavam preocupadas com os problemas que ocorriam, resolveram se reunir com o objetivo de lutar pela garantia de seus direitos. Assim, as lideranças indígenas do Oiapoque Manoel Primo dos Santos, da etnia Karipuna e, o líder da etnia Galibi-Kal'ina, Geraldo Lod, acompanhados pelo Padre Nello resolveram participar de um encontro do movimento indígena em nível nacional, realizado na Missão Kururu no Pará entre os parentes Munduruku no ano de 1974, na Segunda Assembleia Indígena Nacional, pois na Primeira Assembleia de 1973 os povos do Oiapoque não participaram:

A primeira Assembleia indígena a nível nacional foi em 1973, e foi em Diamantino lá no Mato Grosso, nós não participamos. Mas já a segunda, que foi no Pará, na Missão Kururu entre os índios Munduruku já teve a participação minha e de dois representantes aqui da área, um karipuna seu Manoel Primo dos Santos, chamado Coco e, Geraldo Galibi, do povo Kal'ina, que ainda está vivo. Então em 74 nós fomos lá, quem deu apoio para nós foi a FAB, que colocou os aviões à disposição, então daqui nos deslocamos até Belém, e de Belém até Cururu, e foi para o povo indígena uma abertura, então, aí seu Coco e seu Geraldo quando voltaram, e nós também, tomamos consciência que o território indígena não era garantido e respeitado, não estava demarcado, não era conforme a lei determinava.

Quando nossas lideranças retornaram da Assembleia Nacional, se reuniram com as demais, juntamente com o Padre Nello, e nessa ocasião surgiu a ideia de se realizar uma assembleia local dos povos indígenas de Oiapoque, conforme explica o Padre: *“Então, chegando aqui, o pessoal começou a mobilizar, trocar ideias com outras pessoas, com as outras lideranças, e daí nasceu a ideia de fazer uma primeira Assembleia aqui na área, que foi realizada em 75.”* Porém, o documento “Relatório” acessado nesta pesquisa e escrito pelo Padre Nello chamado “Assembleia dos chefes e representantes dos povos indígenas da região de Oiapoque, do norte do Amapá”, destaca que a primeira Assembleia regional

foi realizada na aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá, nos dias 22 e 23 do mês de setembro de 1976 (Anexo 1).

Nessa primeira Assembleia teve a participação de lideranças das aldeias, como o tuxaua Manoel Primo dos Santos (Coco) e seu filho Luis, Geraldo Lod, tuxaua dos Galibi do Oiapoque, o tuxaua Henrique dos Santos da Aldeia Manga, Raimundo dos Santos (Tangarrá), chefe da Aldeia Espírito Santo, ainda, o taxaua dos Palikur Paolo Orlando Filho, acompanhado de Leon e outros dois Palikur, do Tauari veio o chefe Baixinho e os representantes da Aldeia Kumarumã foram o tuxaua Manoel Floriano Maciel, Felizardo, Ribeiro, Osvaldo e Manoel Guilherme, mais a presença dos representantes dos três Postos Indígenas da FUNAI, localizados nos rios Curipi, Uaçá e Urukawá, os senhores Djalma, Cícero e Frederico, por fim o Padre Nello Ruffadi como representante do CIMI.²

De acordo com esse Relatório da 1ª Assembleia (1976) foi debatido com atenção, a questão da demarcação das reservas indígenas localizadas na região de Oiapoque. O assunto demarcação das terras foi priorizado porque naquela época estava ocorrendo com frequência à invasão dos não índios nas proximidades das aldeias, seja para explorar ouro, quanto para caça e pesca de forma ilegal e a outra preocupação se dava por conta da construção da BR-156 que estava chegando ao Oiapoque e, que, neste caso, poderia trazer sérios problemas para os povos indígenas.

Com base no depoimento do Padre Nello percebe o importante apoio do CIMI, que incentivou e contribuiu na organização das primeiras Assembleias que foram realizadas pelos povos indígenas do Oiapoque, o mesmo custeava financeiramente a realização das Assembleias, seja com recurso financeiro próprio ou através de parcerias, mas sempre era o CIMI o responsável. O objetivo do CIMI com a realização das Assembleias era justamente fazer com que os indígenas se tornassem autônomos na condução do movimento indígena, para que os mesmos pudessem lutar pela garantia de seus direitos, sem ter que depender do “não indígena”, ou melhor, que os próprios lutassem e realizassem seus projetos de futuro. Por tanto, conforme conta o Padre Nello, a partir do momento em que o CIMI percebia que os indígenas já davam conta de organizar suas Assembleias, ele

² A expressão “tuxaua” é uma palavra antiga na região e faz referência ao líder, representante do povo, que nos últimos anos passou a ser substituída pela palavra cacique.

automaticamente se retirava dessa responsabilidade e as próprias lideranças passaram a organizar e a conduzir as reuniões.

[...] a FUNAI sempre foi convidada, e quem organizava era o CIMI é, o CIMI que incentivava, organizava e cobria as despesas, até os ano 80, quando, as organizações se fortaleceram, então os próprio índios começaram a organizar essas Assembleias e o CIMI, então na maneira que os índios cresciam e tomava conta, nesta medida, o CIMI se retirava, porque tinha finalidade do CIMI era a autonomia dos povos indígenas, então, na medida que se tornava autônomo [...].

O Padre informa também que as primeiras organizações indígenas em várias regiões do Brasil foram criadas na década de 1980, porém, os indígenas da região de Oiapoque nessa década não estavam preparados para dirigir uma associação. Na realidade as organizações indígenas que haviam eram dirigidas por pessoas “não indígenas”, então os povos do Oiapoque não queriam que os “não indígenas” dirigissem sua associação.

Nos anos 80 nasceram também as organizações indígenas aqui custou a nascer as organizações indígenas porque os índios dos quatro povos aqui não estavam acostumados a delegar outras pessoas a falar em seu nome eles gostavam de falar diretamente. Então queria fazer Assembleia em que todas as lideranças presentes, eram tomadas as decisões mais importantes.

O padre explica que a primeira Assembleia de avaliação dos povos indígenas do Oiapoque surgiu entre os anos de 1975 e 1977, nessa primeira Assembleia teve a presença dos líderes de cada uma das aldeias e alguns membros da comunidade que participavam, como da educação, saúde e da Igreja:

Então, a partir desta data, praticamente 75, 77, que veio o costume, aqui na área, de realizar a cada ano uma Assembleia de Avaliação e Programação, que reunia representante de todas as aldeias, não em número grande como hoje, mas tinha lideranças, coordenadores de igreja, tinha professores, pessoal da saúde.

Portanto, foi a partir da realização da primeira Assembleia dos Povos Indígenas do Oiapoque que as lideranças começaram a se organizar na forma do movimento indígena contemporâneo, com isso despertaram outro espírito de liderança que orientasse na condução regional-nacional dos grupos, que atentasse para as necessidades atuais da comunidade, enfim, começaram a ter experiência enquanto lideranças regionais e nacionais.

A questão da liderança entre os povos indígenas de Oiapoque é tida como uma herança familiar, que é passada de pai para filho, irmão ou neto. No caso do cacique Karipuna Luciano sabe que seu pai Henrique foi importante cacique durante vários anos. Geralmente, um cacique começa sua trajetória política ainda muito jovem, sendo que alguns quando demonstram que não têm um bom espírito de liderança não permanecem por muito tempo no cacicado, por outro lado, quando um cacique consegue conduzir bem sua comunidade, permanece no cargo por muitos e muitos anos.

Com base na entrevista do cacique Luciano, ele afirma que *“Faz mais de 30 anos que trabalha como liderança na Aldeia Manga”*. Quando questionado sobre a primeira Assembleia que participou ele respondeu: *“Eu participei desde a 1ª Assembleia na Aldeia Kumarumã em 1976”*. Isso significa que o cacique Luciano tem uma vasta experiência enquanto liderança e participou desse processo de realização e consolidação das Assembleias enquanto espaços de autonomia. No caso do professor Estácio dos Santos, ele enfatiza *“Participei da primeira Assembleia de Avaliação em 1980 e a Assembleia Geral em 1983, na Aldeia Kumarumã”*, ou seja, é um dos professores que possuiu experiência.

Diante disso, percebe-se que uma liderança indígena geralmente passa muitos anos liderando uma comunidade e, que, a cada ano que passa, essa pessoa vai se tornando mais experiente. Essa experiência possibilitou que várias lideranças indígenas se candidatassem a vereador pelo município de Oiapoque, como destaque o caso de Manoel Primo dos Santos, seu Coco, que se tornou liderança Karipuna ainda nos anos de 1940 ao fundar a Aldeia de Santa Isabel e elegeu-se vereador por duas vezes:

Manoel Primo dos Santos, mais conhecido como seu Côco, nasceu em 22 de novembro de 1912 em um lugar chamado de Sorda, próximo a aldeia do Espírito Santo[...]. Sendo mais tarde nomeados pelos índios Karipuna, cacique geral das comunidades indígenas. E a convite do povo indígena lançou-se candidato e elegeu-se vereador por duas legislativas, com o objetivo de defender os direitos e interesses dos povos indígenas. Diante disso, revelou-se um grande administrador da Terra Indígena Uaçá, e foi considerado o político mais respeitado da região, por sua franqueza, sinceridade e honestidade [...]. Logo terminou sua carreira política em 29 de abril de 1986, vindo a falecer aos setenta e dois anos de idade [...]. (CARDOSO, 2015, p.28 e 29).

Depois de seu Coco, seu filho chamado Ramos dos Santos, conhecido como Ramon, também se tornou uma grande liderança dos Karipuna, se candidatou a vereador e foi eleito por várias vezes. Mais recentemente temos o exemplo do cacique Luis Campos da etnia Galibi-Marworno, que foi cacique por aproximadamente 7 anos, se tornou um

grande líder e na última eleição municipal se candidatou e foi eleito vereador. Portanto, essa atuação enquanto liderança indígena faz com que muitos ganhem experiência profissional, principalmente no ramo da política regional e brasileira, da mesma forma, muitas lideranças indígenas também acabam se tornando presidente de Associações indígenas, entre outras experiências.

As Assembleias acabaram se tornando o movimento indígena mais forte e organizado dos povos indígenas do Oiapoque, pois é durante as Assembleias que são discutidos os assuntos mais importantes para estes povos, ou melhor, é nas Assembleias que saem todas as demandas que beneficiam as comunidades de todos os povos.

No contexto atual a realização das Assembleias é de suma importância para toda a população indígena residente no município de Oiapoque, tanto é que, quando entrevistado, o professor Estácio afirma: *“É muito importante a existência dessas Assembleias, porque é através da união que somos respeitados pelos conselheiros executivos e legislativos [...]”*, neste mesmo sentido, o cacique Luciano diz que a realização é importante e que *“[...]é através das Assembleias que a gente consegue tudo o que a gente quer com os governantes, na área da educação, saúde, meio ambiente e outras coisas.”*

Com base na entrevista do professor Estácio fica evidente que é através das Assembleias que as lideranças conseguem dialogar com os políticos e seus secretariados, para que possam demandar de acordo com as necessidades coletivas dos povos, pois, é na Assembleia Geral que os governantes e seus secretários são convidados a participar, nessas ocasiões as lideranças dialogam e reivindicam as necessidades e problemas existentes (Fotografia 4). Foi através das Assembleias que os povos conseguiram se organizar politicamente e com isso conquistar resultados positivos, como se percebe na fala de Estácio: *“As principais conquistas das Assembleias foram muitas, partindo da demarcação e homologação das terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, todos os benefícios na área de educação, saúde e outros bens que se encontram na comunidade”*. Da mesma forma o cacique Luciano afirma que *“[...] através das Assembleias nós já conseguimos muitas coisas, como o concurso público indígena, o curso da Licenciatura Intercultural Indígena e várias outras coisas que são importantes para toda a nossa população indígena do Oiapoque.”*

Fotografia 4: Cacique Ramon falando em Assembleia com a presença do político João Alberto Capiberibe, possivelmente entre as décadas de 1970 e 1980



Fonte: Acervo de Dionísio dos Santos Caripuna, cedido por Marxwara dos Santos Cardoso.

Portanto, as conquistas advindas das Assembleias foram várias, foi nas Assembleias que teve início a demarcação de todas as terras indígenas localizadas no município de Oiapoque, além de outras conquistas como na área da educação com a realização do primeiro Curso de Formação de Professores Indígenas em nível de Magistério iniciado em 1990, com duração de quatro anos, no qual se formaram professores de todas as etnias do Oiapoque. No ano de 2005 teve o primeiro Concurso específico para professores indígenas no Estado do Amapá, em 2007 foi implantado no município de Oiapoque o curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Outra conquista importante que é necessário enfatizar foi a criação da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), transformando-se numa organização indígena do Oiapoque respeitada, que conseguiu congrega todos os povos indígenas do Oiapoque e organizar um movimento indígena forte, capaz de firmar vários convênios com o Governo do Estado do Amapá e com outras instituições, inclusive instituições internacionais, o que acabou resultando na concretização de vários projetos:

O governo do estado passou a financiar projetos em todas as áreas sociais, ficando a cargo da APIO estabelecer as prioridades, gerenciar os projetos[...]. Para ter uma ideia do volume de trabalho realizado em parceria com o Governo do Estado do Amapá, em cinco anos a APIO construiu 14 escolas, 5 centros comunitários, 13 alojamentos para professores não índios, um alojamento para índios em trânsito em Oiapoque. Reformou e ampliou a casa de saúde do índio em Oiapoque, adquiriu 17 aparelhos de radiofonia, um carro para a casa de saúde do índio, um caminhão com capacidade para transportar até 12 toneladas da produção agrícola das aldeias para o Oiapoque. E ainda gerenciou o projeto de formação de professores Palikur [...]. (RICARDO, 2000, p.393).

Tendo em vista todas essas conquistas que aconteceram através de demandas realizadas durante as Assembleias é que vale reafirmar que a Assembleia indígena é uma arma muito poderosa para que os povos possam demandar e conquistar todas as necessidades coletivas na qual todas as etnias são beneficiadas.

Com essa forte experiência dos indígenas na década de 1970 surgiram organizações que puderam representar os povos indígenas, com o objetivo de articular o movimento indígena perante os povos e organizações indígenas e não-indígenas nacionais e internacionais, assim, a partir desse momento que se pode falar em um movimento indígena organizado no Brasil como destaca Gersem Baniwa,

O líder indígena Daniel Munduruku costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer *índios em movimento*. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento (BANIWA, 2006, p.59).

A segunda Assembleia em nível nacional foi realizada no ano de 1975 em Kururu, no Estado do Pará e é nesse contexto que os povos indígenas do município de Oiapoque começaram a fazer parte do movimento indígena nacional. Portanto, foi no ano de 1975 que lideranças indígenas começaram a participar do movimento ao nível nacional representando os indígenas do Oiapoque, desde então, as lideranças do Oiapoque sempre participaram. Depois de quase dez anos que vinha acontecendo a Assembleia Nacional, os povos indígenas de Oiapoque resolveram sediar uma Assembleia Nacional, como se percebe na descrição de uma carta elaborada pelo cacique Manoel Felizardo dos Santos, da Aldeia de Kumarumã:

Kumarumã 26 de setembro de 1982
Caríssimos irmãos em nome de meu povo galibi de kumarumã eu Manoel Felizardo dos Santos cacique dessa aldeia e meus irmãos palicurs e karipunas nós convidamos todos os líderes indígenas do Brasil para participarem em uma assembléia que será realizada aqui em nossa aldeia galibí de kumarumã, município de Oiapoque, no extremo norte do Amapá. E também pedimos aos

irmãos interessados que cheguem em Belém pro dia 27 de abril a noite que é para viajar no dia 28 pela manhã. Haverá um avião disponível para transportar vocês todos para a cidade de Oiapoque. [...]. Pedimos aos nossos irmãos, que não tenham a mínima preocupação que será toda por conta da nossa comunidade desde Belém, ate a aldeia de kumarumã. E também avisamos aos irmãos que tragam redes e mosquiteiros. Vão ser três dias completos de assembleia. Sendo que no dia quatro de maio todo mundo estará de volta para Belém. Irmãos nós somos quatro povos indígenas com mais de dez mil pessoas só a aldeia só a aldeia de kumarumã tem 850 índios todos esperando por vocês por favor não faltem. Mande-nos a resposta até o dia 15 de fevereiro de 83. Para o seguinte endereço:

Tuxáua: Manoel Felizardo dos Santos [...]

Sem mais um cordial abraço de todos nos e pelo povo galibi de kumarumã

Assina tuxaua Manoel Felizardo dos Santos [...] (MENSAGEIRO, 1982, p.1).

Com base na carta escrita, fica evidente que, para que acontecesse uma Assembleia Nacional em determinada aldeia e estado, a solicitação deveria partir da demanda de uma liderança através de carta escrita e encaminhada às demais etnias existentes no Brasil um ano antes da Assembleia acontecer. Esta carta foi escrita no ano de 1982 e em 1983 foi realizada a Assembleia Nacional com a presença de muitos povos indígenas do Brasil, esta foi a primeira Assembleia Nacional realizada no Estado do Amapá.

A carta afirma que o custeio para realizar uma Assembleia era todo por conta dos povos que sediavam a mesma. Portanto, para que fosse realizada essa Assembleia Nacional entre os indígenas do Oiapoque primeiramente foi necessário realizar uma Assembleia Local para que fosse discutida e organizada, como enfatiza o Jornal Mensageiro (1983, p.2):

[...] em janeiro foi uma assembléia de todos nós, de grande preparação. Como vamos arrumar comida? Onde vão atar a rede? Os barcos estão bons? Falamos, organizamos bastante, era só trabalhar e esperar. Os povos indígenas do município de Oiapoque sempre foram unidos e organizados na luta pelos seus direitos, pois, essa é uma organização que acontece desde quando estes povos começaram se organizar em forma de movimento para lutar em prol de seus direitos.

Portanto, todos os povos de Oiapoque participaram da organização da Assembleia, pois a “[...] Assembléia começou assim: todo mundo se apresentou e contou como veio e o povo índio que representava [...]. Primeiro falaram os representantes GALIBI MARWORNO, KARIPUNA E PALICUR que organizaram a assembléia”. (MENSAGEIRO, 1983, p. 3).

O Jornal Mensageiro (1983) ainda afirma que os povos que participaram dessa Assembleia Nacional foram Tembê, Parakanã e Munduruku que vieram do Estado do Pará; do Mato Grosso vieram os Carajá, Bakairí, Pareci e Canoeiro; o povo Krahô veio de Goiás,

os Tucano, Txixuna, Miranha, Munduruku vieram do Amazonas. Vieram indígenas de várias aldeias do Brasil. A comunidade da aldeia de Kumarumã ficou muito feliz, pois o casarão da comunidade lotou, sendo que foi a primeira vez que a Aldeia Kumarumã recebeu tanta gente reunida. Os índios disseram que vieram de muito longe, que viajaram muito para chegar até o município de Oiapoque.

Durante os três dias de Assembleia foram discutidos diversos assuntos que naquela época eram considerados importantes e que na verdade eram problemas para todos os povos. Nessa ocasião todas as lideranças participaram, falando um pouco a situação que seu povo estava passando. Então durante a discussão,

Clemente deu o recado dos tembé – falou da perda da terra, tem milhares de invasores na terra deles. Grandes e pequenos. Estão falando que não são mais índios, para poder ficar com a terra deles [...].

Este é Waldomiro, um dos representantes dos krahô [...] a nossa terra está demarcada e não tem problemas [...].

Pelos munduruku (Pará) falaram Felix, Roberto e Venâncio [...] não estão satisfeitos com a demarcação. Os garimpeiros estão trazendo problemas para a reserva, bastante [...]. Em educação ainda tem alguma coisa a fazer; querem que os que orientam os monitores índios falem a língua munduruku [...].

bakairi “não tem muito problema de terra e saúde. Querem que seja feita a revisão dos limites da reserva; se a FUNAI não fizer eles mesmos vão fazer.

Rikbaktsa a nossa terra está demarcada. Não tem problema. Nunca precisamos da FUNAI [...]. Quem falou foi Nicolau

Américo tukano disse que “sua área não esta demarcada” existe um desrespeito total [...].

Os tikuna estão batalhando para conseguir a demarcação. Tem promessa e estão esperando. Ele fez advertência: “tem tuxaua pago pelo chefe de posto e que trabalha contra os interesses da comunidade [...].

Munduruku (amazonas) estão pesquisando petróleo em nossa reserva assim como entre sateré, agora vão fazer pesquisa de perfuração [...]. Isso foi Francisco quem falou.

Falou motiapéua pelos 04 representantes. “área nossa não está demarcada. Tem que marcar. Assim vai acabar para nós. Tem que ficar uma reserva para nós [...].” (MENSAGEIRO, 1983, p. 4,5).

Com base no exposto fica evidente que a “demarcação de terras indígenas” foi o principal assunto discutido durante a Assembleia Nacional que aconteceu na Aldeia Kumarumã, pois, naquela época havia poucas terras indígenas demarcadas, inclusive, dentre as terras indígenas em nossa região, a única que estava homologa era a Terra Indígena Galibi (1982), enquanto as demais ainda não estavam homologadas.

Figura 1: Carta de 26 de setembro de 1982, elaborada pelo cacique Manoel Felizardo dos Santos, da Aldeia de Kumarumã

Endereço: Mensageiro
Caixa Postal 1359
66.000 Belém-Para

MENSAGEIRO

EDIÇÃO Nº 18
CIRCULAÇÃO INTERNA

Os povos indígenas Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur e Galibi de Oiaoque convidam os irmãos índios de todo o Brasil para uma

ASSEMBLÉIA INDÍGENA NACIONAL

Kumarumã 26 de Setembro de 1982

Caríssimos irmãos com nome de meu povo galibi de Kumarumã eu Manoel Felizardo dos Santos cacique dessa aldeia e mais meus irmãos Palikur e Karipuna mais caríssimos todos os povos indígenas do Brasil para participarem em uma assembleia que será realizada aqui em nossa aldeia galibi de Kumarumã município de Curupira, no estado do Amapá e também pedimos aos irmãos interessados que cheguem em Belém no dia 27 de abril de 1982 que é para viajar no dia 28 pela manhã Havrá um avião disponível para transportar vocês todos para a cidade de Curupira a endereço em Belém é o seguinte ZFAR, Praça Frei Custódio Bonifácio 7212 (Praça da 31) Fone 222.8637 ou 222.6222.

Pedimos aos nossos irmãos que não tenham a mínima preocupação que será todo por conta da nossa comunidade desde Belém até a aldeia de Kumarumã. E também exigimos aos irmãos que tragam redes e mosquiteiros. Há 30 dias com o mês de assembleia sendo que no dia quatro de maio todo mundo estará de volta para Belém.

Donde, até serem quatro povos indígenas com um e de duas mil pessoas só a aldeia só a aldeia de Kumarumã. Tem 220 índios todos experientes por vocês por fazerem mais faltam. Mandamos a respeito até o dia 15 de fevereiro de 82. Para o seguinte endereço:

*Tuxiana Manoel Felizardo dos Santos
Caixa Postal: 1359 - 66000 Belém - Para*

Tem mais um cartão abraça de todos nós e pelo povo galibi de Kumarumã

*Abraço Tuxiana Manoel Felizardo dos Santos
Pelo povo Palikur Paulo Orlando Filho
Cacique da Aldeia Palikur →*

Enkio de Anício cacique da Aldeia Taurari

Caro Manoel Primo dos Santos cacique da comunidade de Santa Izabel suspendido pela políton.

Tito povo Karipuna da aldeia Espirito Santo

Tuxiana Anísio Carvalho dos Santos

Florêncio dos Santos pelo povo Karipuna de curupira

Pelo povo no Oiaoque

Gealdo God (Cacique)

Devido à problema de distância e transporte, as comunidades indígenas pediram ajuda aos amigos do CIMI para transmitir o convite e organizar a viagem até Belém.

A disponibilidade de participantes é de 40-60 dependendo da ajuda que vamos receber para frete de avião. Portanto é só representante de cada grande região do Brasil, que vai participar.

Os índios GALLIBI-MARWORNO, PALIKUR e KARIPUNA já realizaram uma grande assembleia em janeiro, na aldeia KARIPUNA do Rio Curipi, para distribuir as tarefas e tudo sair bonito e eficiente. Daniel Cabixi e Marçal Guarani foram convidados para ajudar na assessoria e coordenação da assembleia. Eles tem muita experiência neste campo.

Fonte: MENSAGEIRO, 1982, p.01.

Figura 2: Chamada de divulgação da Assembleia Nacional de 1983

Endereço: Mensageiro
Caixa Postal 1359
66.000 Belém-Pará

MENSAGEIRO

EDIÇÃO Nº 20
CIRCULAÇÃO INTERNA

ASSEMBLÉIA INDIGENA NACIONAL



KUMARUMÃ - 1983

<p>Qual a solução para o problema da terra?</p>	<p>As mulheres participaram. A luta é de todos.</p>	<p><i>Na carta ao presidente da Funai, os índios apresentaram denúncias, fizeram exigências e repu diaram o decreto-lei 88.118</i></p>	
<p><i>Grandes projetos da Amazônia estão prejudicando os índios</i></p>		<p>Reserva dos Munduruku invadida por garimpeiros</p>	<p>Organizar e trabalhar para demarcar a terra</p>

Fonte: MENSAGEIRO, 1983, p.09.

Então, naquela conjuntura, várias terras indígenas vinham sofrendo constantemente invasão por não índios, essa invasão ocorria para explorar os recursos naturais existentes nas terras, outras invasões aconteciam no sentido de roubar as terras que já eram dos indígenas. No caso da terra indígena do povo Munduruku no Estado do Amazonas ocorreu tentativa de exploração de petróleo, já nas terras das etnias Tembé e Munduruku no Pará vinha ocorrendo a invasão de terras no sentido de tomar suas terras, no caso das terras indígenas do Oiapoque a invasão ocorria para explorar de preferência os recursos naturais existentes, como se percebe na descrição de um trecho da carta escrita ao presidente da FUNAI, anexa no relatório da primeira Assembleia regional dos povos indígenas do Oiapoque:

Senhor presidente até agora assistimos a invasão ilimitada da nossa reserva como a instalação de uma fazenda de bufalinos perto da aldeia Galibi, bem como, invasão de caça e pesca, também poderemos ter conflitos e sofrer sérios problemas trazidos para a nossa área logo que a rodovia BR 156 esteja transitada e as terras loteadas, apresentamos o pedido no sentido de V. Ex.^a tomar as providências para que nossa reserva seja demarcada. (RELATÓRIO ASSEMBLEIA, 1976, p. 6)

Outro problema que as terras do Oiapoque enfrentaram foi com relação à invasão para exploração de ouro, atividade histórica bastante intensa na região, sendo que os principais agentes de exploração geralmente eram os “crioulos” da Guiana Francesa. Além do assunto sobre a terra também foram discutidos assuntos como educação e saúde, porém, com menos intensidade, até porque a demarcação de terras era o principal problema da maioria dos povos.

Portanto, os povos indígenas do Oiapoque desde o início da década de 1970 quando se organizaram politicamente sempre lutaram em prol de seus direitos. No caso da organização dessa Assembleia Nacional entre os povos do Oiapoque foram bastantes elogiados pelas outras etnias que se fizeram presentes na Assembleia:

No final de nosso encontro todo mundo estava alegre e cada um falou para agradecer e dizer como estava sentindo. Todo mundo que veio de longe agradeceu e achou bom a organização do povo do Oiapoque porque foi bem preparada e recebeu bem a todos. Todos comentaram a fartura de comida e a boa hospitalidade. Os tembé especialmente ficaram alegres de conhecer o povo de Oiapoque que tinha já escrito ao presidente da Funai para ajudar os tembé. (MENSAGEIRO, 1983, p.12).

Todos os povos que participaram da Assembleia ficaram satisfeitos com o que foi debatido e decidido ao longo dos dias de reunião, tanto é que de acordo com o Jornal

Mensageiro (1983), no final da Assembleia, foi escrita uma carta para ser encaminhada ao presidente da FUNAI, daquela época. Diz a carta dizia:

“Carta ao presidente da Funai
Ao Senhor
Cel. Paulo Moreira Leal
Presidente da FUNAI

Os índios na ASSEMBLEIA INDÍGENA DE KUMARUMÃ/AP, reunidos durante os dias 30 de abril e 1º e 2 de maio de 1983, na vila de Kumarumã, na região do Oiapoque, Território Federal do Amapá, os representantes das comunidades indígenas dos Galibi, Karipuna, Palikur (AP); Bakairi, Carajá, Paresi, Erikbaktsa (MT), Tembé, Parakanã, Munduruku, Tukano, Tikuna e Miranha (AM), ao final de nossas discussões e resoluções, dirigimo-nos ao Senhor Presidente da Funai, para levar ao seu conhecimento os principais problemas que hora enfrentamos.

Denúncias

Esta Assembleia denuncia os seguintes fatos:

- 1 - As atitudes, perpetradas pelo responsável pelo encruzo dos rios Curipi e Uaçá, pois, o mesmo vem vendendo para fora produtos de caça e pesca que são importantes bases alimentar aos indígenas que moram nesta área;
- 2 - As invasões de garimpeiros na área dos Mundurucus (PA).

Após os estudos dos diversos problemas, fazemos as seguintes exigências...”

3. AS ASSEMBLEIAS DOS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE NOS ÚLTIMOS ANOS

Atualmente, a realização das Assembleias dos povos indígenas de Oiapoque é de suma importância porque acabou se tornando uma arma muito poderosa desses povos, pois, são nessas Assembleias que se organizam politicamente, ou seja, é durante as Assembleias que são discutidas as problemáticas que abrangem todas as etnias.

Então, existem dois tipos de Assembleia, a primeira denominada “Assembleia de Avaliação” que acontece todos os anos, na qual participam somente as lideranças e pessoas da comunidade. Nesse momento é realizada uma avaliação de como foi o ano com relação as políticas de governo aplicada aos povos. Na ocasião todas as lideranças e outros indígenas, falam um pouco sobre as problemáticas internas, enfrentadas pela comunidade. A outra Assembleia que acontece é a “Assembleia Geral”, que geralmente ocorre de dois em dois anos, é um momento onde são convidados vários órgãos que representam os povos indígenas, como as secretarias de governo e organizações não governamentais (ONGs), muitas delas parceiras dos povos indígenas.

Nos dias atuais, as Assembleias (Geral e Avaliação) são organizadas pelo Conselho de Cacique dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO) em parceria com as ONGs como o

IEPE e TNC, também apoiam a FUNAI, organizações e associações indígenas, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Oiapoque, bem como as próprias aldeias que sempre colaboram para a realização das Assembleias. Faz-se necessário enfatizar que desses colaboradores citados nem todos ajudam sempre.

Todas as aldeias participam das Assembleias, geralmente é feito uma seleção de pessoas de cada aldeia para irem participar, são pessoas como lideranças, funcionários da saúde, educação, entre outros. Para as pessoas se deslocarem até a aldeia onde acontece a Assembleia, os responsáveis organizam antecipadamente os transportes, sendo que as vezes é disponível um barco que comporte muita gente para levar, quando não, os responsáveis distribuem combustível para que cada comunidade leve seu pessoal de motor de popa, no caso dos indígenas que moram nas margens dos rios, já o pessoal da BR-156, sempre tem um transporte como ônibus para levar o pessoal até o destino da Assembleia.

Na década de 70, quando iniciou a organização dos povos de Oiapoque através de Assembleia não participavam muitas pessoas, geralmente participavam mais as lideranças e alguns membros da comunidade, bem como, algumas mulheres que iam somente para ficar fazendo comida. No caso os setores governamentais não participavam, naquela época geralmente era elaborada uma carta de reivindicação e encaminhada aos setores, enquanto que atualmente são convidados a participar da Assembleia e nessa ocasião as lideranças cobram e reivindicam seus direitos perante os governantes.

Se na década de 70 o CIMI foi quem idealizou as Assembleias, atualmente o CIMI é simplesmente um órgão que participa como convidado, mas é claro que este órgão é muito respeitado pelos povos de Oiapoque apesar de não ter mais poder de organização e decisão. O CIMI sempre é lembrado e sua opinião é levada em consideração nas Assembleias, principalmente na pessoa do Padre Nello que ajudou muito os povos indígenas de Oiapoque a se organizar e fortalecer politicamente. Quando não é possível a presença do Padre Nello, sempre vai alguém representar o CIMI nas Assembleias.

Atualmente, os jovens participam das Assembleias. Hoje existem grupos de jovens em todas as aldeias e quando ocorre a Assembleia muitos destes se fazem presentes, na ocasião é aberto um espaço para que o representante dos jovens se posicione diante dos problemas enfrentados pela juventude nas aldeias.

Desde quando iniciaram as Assembleias, em meados dos anos de 1970, os homens eram quem estavam no centro da organização. Na verdade, só eles falavam e tomavam as decisões, enquanto que as mulheres participavam somente das conversas paralelas, ficavam fazendo as refeições e cuidavam dos filhos. Então, nessa conjuntura as mulheres não tinham direito de se expressar, dar sua opinião ao longo das discussões nas Assembleias.

A partir dos anos 1980, com a chegada da missionária do CIMI irmã Rebeca Spires, as mulheres indígenas de Oiapoque começaram a participar das reuniões em suas aldeias. Primeiramente começou com pequenas reuniões realizadas nas aldeias localizadas nos rios Uaçá, Urukawá e Curipi. Durante esses encontros as mulheres sempre conversavam sobre seus problemas familiares e trabalhos do cotidiano, tanto referentes as roças quanto as suas casas, neste momento as mulheres trocavam ideias sobre as dificuldades enfrentadas por elas. Mais tarde as mulheres pediram que o CIMI ofertasse alguns cursos específicos para as mulheres indígenas, como de corte e costura, pintura em tecido, entre outros. Em seguida o CIMI ofertou o primeiro curso que foi de corte costura.

A partir de então, foram acontecendo outros encontros com as mulheres, como o papel da mulher na sociedade, estudos religiosos e sociais. Assim começou a organização das mulheres. Naquela época os encontros eram chamados de *fam* que *fam*, que na tradução para o português significa “mulher com mulher”. A cada fase os encontros foram se tornando importantes para as mulheres indígenas, pois, foi através desses encontros que as mulheres ganharam espaço em suas sociedades. E quando as mulheres já estavam bem preparadas, surgiu a ideia de fundar uma associação de mulheres indígenas, na qual tiveram apoio da missionária irmã Rebeca. A irmã resolveu unir as mulheres para discutir sobre a criação de uma associação, pois as mesmas se reuniram e conversaram sobre a possibilidade de criação. Dessa conversa surgiu a ideia de realizar uma Assembleia Geral de mulheres que acabou acontecendo na cidade de Oiapoque, no salão paroquial. Nesta oportunidade participaram 29 mulheres indígenas das quatro etnias. E nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006 fundaram a Associação de Mulheres em Mutirão (AMIM).

Portanto, a partir do momento em que foi criada a Associação das Mulheres, a participação delas nas Assembleias só se intensificou. Hoje, as mulheres não participam mais somente na parte da cozinha, atuam também como lideranças que têm a mesma

autonomia de decisão que um líder homem, com capacidade de organizar e dirigir uma Assembleia.

Para que aconteça uma Assembleia é preciso planejamento para que não ocorram grandes falhas, principalmente nos dias de hoje, que participam muitas pessoas e muitas vezes a aldeia que sedia uma Assembleia é pequena e não está preparada para receber tanta gente, seja por falta de alojamento, seja porque a comunidade receptiva precisa de pessoas que trabalham junto com as lideranças e seus conselheiros para realizar uma boa Assembleia.

Com base no depoimento dos entrevistados, constatou-se que não é simples realizar uma Assembleia, tendo em vista que para acontecer esse evento, requer todo um planejamento para que dê tudo certo, como se percebe no depoimento do cacique Gilberto que afirma, “[...] sim, temos várias situações na dificuldade, na parte organizadora, na logística e na comunicação, que dificultam muito até hoje a vida, temos esses problemas quando temos nossas Assembleias.”. Em outras palavras o professor Estácio alega: “Os momentos de dificuldade foram bastante, porque em todos os benefícios se encontraram barreiras, porém, foram quebrados todos os protocolos que surgiram.”.

Portanto, para acontecer uma Assembleia não é tão fácil como se parece, porém, os indígenas responsáveis por organizá-las fazem o possível para que tudo ocorra da melhor forma possível, mas é óbvio que mesmo com um grande esforço as falhas sempre se fazem presentes, por mais que seja um problema simples, sempre acontece.

Considerações Finais

Uma das principais dificuldades em construir este trabalho foi com relação às fontes bibliográficas que são poucas acerca da temática ou não estão disponíveis, se houverem. Esta pesquisa é importante porque promove um estudo sobre as Assembleias dos Povos Indígenas de Oiapoque, um dos eventos mais significativos do ponto de vista da política indígena e da perspectiva da autonomia. Nas Assembleias nos organizamos politicamente frente aos problemas que afligem a todas as comunidades indígenas de Oiapoque, nessa ocasião são convidadas algumas autoridades como o governador e seus secretários, bem como a prefeitura e seus respectivos secretários.

Esse movimento das Assembleias teve início nos anos 1970 com um pequeno grupo de lideranças indígenas de Oiapoque e se tornou o evento sociopolítico mais importante dos povos indígenas do Oiapoque. Naquela época, em meio as Assembleias, surgiu a preocupação dos povos com relação as terras indígenas que ainda não estavam demarcadas. Foram muitas as mudanças ocorridas no desenvolvimento das Assembleias ao longo dos anos, desde o seu início até os dias atuais, neste aspecto destacam-se a mudança dos personagens organizadores do evento, que no princípio era o CIMI, e que ao longo das décadas passou a ser de responsabilidade da Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO). A APIO consiste na primeira associação que foi fundada pelos povos indígenas de Oiapoque e representa as quatro etnias. Outra mudança singular no desenvolvimento das Assembleias se refere ao conjunto de pessoas que passaram a participar efetivamente destes encontros, no princípio eram somente as lideranças e algumas pessoas das aldeias, o CIMI e a participação de representantes da FUNAI.

Naquela época os próprios indígenas das várias aldeias eram quem custeavam a alimentação de todos os participantes das Assembleias, enquanto hoje em dia para que seja realizada uma Assembleia, as lideranças responsáveis solicitam apoio de parceiros, dentre eles se destacam o IEPÉ e o TNC, duas organizações não governamentais (ONGs) que constantemente colaboram na realização das Assembleias. Na verdade, essa parceria se faz necessária por conta da quantidade de pessoas que hoje em dia participam do evento, enquanto antes participavam entre 30 a 40 pessoas, atualmente, varia entre 150 a 300 pessoas, dependendo do local de realização da Assembleia. Portanto, estas entre outras foram as principais mudanças ocorridas ao longo dos anos quando se faz uma comparação entre o início e os dias atuais das Assembleias.

A Assembleia integra enquanto evento-ação o “movimento indígena” regional, se traduz num momento onde todos os povos indígenas da região de Oiapoque estão reunidos para discutir sobre as problemáticas. São das Assembleias que saem as demandas sociopolíticas e culturais de nossas comunidades, nestes eventos nós povos indígenas organizamos e reivindicamos necessidades, portanto, as Assembleias representam hoje uma forma muito específica de movimento indígena. No decorrer das Assembleias discutimos sobre os outros movimentos que acontecem a nível regional e nacional, ou seja, é nesse momento que se decide quem vai participar dos eventos e como iremos agir, sempre na coletividade.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa todas as entrevistas foram de suma importância porque possibilitaram esclarecer todas as dúvidas relacionadas ao tema desenvolvido, na verdade, todas as pessoas entrevistadas são pessoas que já vem participando do movimento indígena há muitos anos.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

CARDOSO, Maxwara dos Santos. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Estadual Manoel Primo dos Santos**. Aldeia Santa Izabel, 2015.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, Cimi. **Jornal Mensageiro**. Circular Interna, edição n.º 18, Belém, 1982.

_____. **Jornal Mensageiro**. Circular Interna, edição n.º 20, Belém, 1983.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

Referências orais

SANTOS, Luciano. **Entrevista concedida a Sinésia Forte dos Santos no dia 21 de julho de 2016**, Aldeia Manga. Data de nascimento 05 de dezembro de 1947.

RUFFALDI, Padre Nello. **Entrevista concedida a Sinésia Forte dos Santos no dia 27 de abril de 2015**, cidade de Oiapoque. Data de nascimento 12 de fevereiro de 1942.

ANEXO 1

A S S E M B L É I A

DOS CHEFES E
 REPRESENTANTES DOS
 POVOS INDÍGENAS
 DA REGIÃO DE OIAPOQUE,
 NO NORTE DO AMAPÁ
 KUMARUMÃ, RIO UAÇA
 22 E 23 DE SETEMBRO
 DE 1976.

HISTÓRICO

No começo de agosto deste ano, Luís Soares dos Santos, filho do tuxaua Manoel Primo dos Santos, teve a idéia de propor uma assembleia de tuxauas e representantes dos grupos indígenas da região de Oiapoque, com a finalidade de trocar idéias e tomar resoluções a respeito da demarcação da área indígena e também a respeito de problemas e mal-entendidos que vinham surgindo ultimamente entre as diferentes tribos indígenas.

A idéia foi muito bem aceita e foi marcada a data para a próxima Assembleia. O lugar escolhido foi a aldeia de Kumarumã

no rio Uaçã. Além dos chefes e representantes foram convidados os chefes dos três postos indígenas: sr. Djalma, sr. Cícero, sr. Frederico e o padre Nello.

O tuxaua Manoel Primo dos Santos e seu filho Luís colocaram à disposição o novo barco de fabricação local. O barco saiu de Vila S. Isabel às 16:00 horas do dia 20/9, levando Luís, Geraldo tuxaua dos Galibis do rio Oiapoque e o Pe. Nello. O sr. Henrique dos Santos chefe da aldeia do MANGA, no rio Curipi não se uniu à comitiva devido ao trabalho na roça.

Na aldeia do Espírito Santo, no rio Curipi subiu Raimundo dos Santos (Tangarrã) chefe daquela aldeia.

A comitiva pernitoiu no ENCRUZO, sede do posto da FUNAI, recebida pelo sr. Djalma. Saiu rumo URUCAUÃ na manhã seguinte, onde chegou ao meio-dia. Lá se uniram à comitiva o tuxaua Paulo Orlando Filho, Leon e mais dois rapazes, todos como representantes da aldeia dos Pali-kurs. Moisés pastor índio da aldeia não participou porque no momento encontrava-se na roça. Subiu também o Sr. Cícero, chefe do posto da FUNAI.

No Tauari, sempre no rio Urucauã, subiu o Baixinho, re-

presentante da pequena aldeia. No Flexa o Antonio Guilherme falhou devido ao atraso do barco. A tripulação deu um duro pilotando o barco a noite no rio Uaçá e na madrugada do dia 22 de setembro a âncora foi jogada em frente da aldeia Galibis de Kumarumã.

A acolhida que os amigos Galibis reservaram à turma foi mais que entusiasta e, depois das apresentações, os membros da comitiva foram hospedados pelas famílias da al-

deia e assim não tivemos problemas de alojamento e comida.

Além dos representantes que vieram no barco, participaram da Assembléia o sr. Djalma e o sr. Frederico, chefes dos postos da FUNAI de Curi-pi e Uaçá; o tuxaua da aldeia de Kumarumã Manoel Floriano Maciel, Felizardo, Ribeiro, Osvaldo, Manoel Guilherme como representantes.

As reuniões se sucederam a ritmo acelerado na maior cordialidade e interesse.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS: INTERVENÇÕES A RESPEITO DO PROBLEMA

Luis Soares dos Santos: Meus amigos, esta é uma reunião histórica. É a primeira vez, na história dos nossos povos, que nós estamos reunidos em Assembléia para discutir os problemas dos índios e tomar resoluções. O problema da nossa terra é sério, muito sério. Podemos ficar sem ela. Muitos de nós estão dormindo, porque não sabem, aliás não conseguem entender que o índio pode perder a sua terra. Amigos, estou dizendo, temos que nos unir e lutar juntos.

Paulo Orlando Filho: Sinto amor pelo meu povo: eles são gente também. Nós temos que defender a nossa terra da invasão do civilizado. O meu coração sofreu desilusão quando soube que nós não somos proprietários da terra. A nossa terra não está assinada por lei, por decreto. Essa eu não sabia não! Desde que nasci sabia que a terra é nossa, do nosso povo. E agora podem aparecer outros, poderosos que podem tirar a terra de nós. Nós somos pequenos na presença deles. Para querer vencer assim como estamos não adianta. Estes encontros são muito importantes. Quando estaremos reunidos e unidos, nós seremos vencedores. Será que todos não vão ter pena da terra que estará perdida?

A FUNAI não pode defender o índio sem defender a terra. Ela então é como uma galinha que foge deixando os pintinhos, quando o gavião vem. Temos que lutar pela nossa vida; unidos vamos vencer.

Geraldo: Quando chegamos da Guyana Francesa nos deram uma terra para morar. Mas nós não temos documentos. Vem alguém de fora para caçar, plantar roça: nós não podemos dizer nada. Queríamos o nosso pedaço de terra também, terra só de Índio.

Nós temos cérebro e temos sangue. Nós a raça que somos chamados de Índio, quase a dizer bichos. Nós não somos bichos, somos inteligentes. Temos que lutar pela educação também. Com a educação a gente compreende as coisas. O importante não é o dinheiro, é a educação.

Baixinho: Precisamos da nossa terra, porque sem terra não sei onde colocar a roça.

Luís: Ser civilizado significa fazer o que estamos fazendo hoje: todos reunidos para falar sobre os nossos problemas e encontrar juntos as soluções. Eu, por exemplo, não devo procurar o meu próprio interesse particular, mas o interesse de toda a comunidade. Eu isto entendi que é ser civilizado.

Nunca vamos nos acovardar, deixando que outros tomem isto aqui: a nossa terra. Eles tem dinheiro e força, mas nós podemos nos unir e ter força também. Nós já temos problema com o que se chama civilizado, lá no Curipi. Temos mal-entendidos até dentro do nosso povo, porque uma minoria estão a favor do civilizado e não veem que se prejudicam e prejudicam a todos. Lá no Curipi até isto acontece: vem um civilizado com um carrinho bonito e já a Índia se entrega e isso é prostituição; é humilhante para nós. É triste ver uma pessoa se prostituir por inocência.

Manoel Floriano Maciel: Já faz tempo que vinha pensando numa reunião como esta. Falo como líder do meu povo. Eu pensava que esta terra fosse já demarcada. Agora sei que neste Brasil a fora que está na sua terra para trabalhar e servir para o fazendeiro.

Na FUNAI tem gente que trabalha e gosta do Índio e outros ficam aí só por causa do emprego, mas não protegem o Índio e nem sabem das nossas necessidades. Vocês já veem a Fazenda: já nos dificulta até de pegar camaleoa e fazer roça.

Tem gente que está doida para empurrar a gente daqui e explorar esta área. Nós temos que pedir para o Presidente a demarcação da nossa área. Se a gente não pedir e lutar para isso, eles não vão se preocupar. O chefe é chefe para defender os interesses de todos. Eu não quero me vender para vender meu pai, meus irmãos e ver os meus filhos viver amanhã na

miséria. Nós preferimos passar miséria juntos, mas não quero vender o meu povo. Tem gente que até me ofereceu motor de popa. Já pensou... viver sob o domínio de um rico!

Tangarrã: Eu sou o mais analfabeto entre vocês; mas entendi bem e concordo com os outros. Somos povos diferentes mas a área é uma só e todos somos uma só nação. Se não se remos atendidos vamos viver pior do que estamos vivendo e nem quero pensar na situação dos nossos netos.

C O N C L U S Ã O : Os encontros continuaram por dois dias , vertendo o assunto sobre outros problemas, externos e internos como se pode constatar das resoluções finais, que foram unanimemente aprovadas.

RESOLUÇÕES

1 Redigir um apelo ao Presidente da FUNAI, através da 2a. Delegacia Regional de Belém, pedindo urgente demarcação da área indígena do Uaçá com os seguintes limites: de Ponta Grossa até às cabeceiras dos rios Uaçá e Curipi, mais 5 km de extensão à esquerda do rio Curipi e 5 km à direita do rio Uaçá. (cf. cópia anexa).

2 De acordo com o Estatuto do Índio que proíbe a caça e a pesca de pessoas não índias, dentro da reserva, é tarefa de cada índio fiscalizar a entrada de pessoas estranhas na área indígena para este fim. Isto é: qualquer um tem o direito e o dever de repreender e fiscalizar intrusos mesmo que não sejam encontrados na área da própria aldeia, avisando em seguida o tuxaua do lugar e o chefe do posto.

3 A Assembléia concordou em fiscalizar severamente a entrada de índios do lado francês na área indígena para caçar e pescar com finalidade comercial. São grandes os prejuízos que eles produzem. O sr. Cícero foi encarregado de enviar um ofício à gendarmeria de St. Georges denunciando os abusos que se verificaram ultimamente neste sentido.

4 Não é proibido ao índio da área pescar, caçar, mariscar fora da área da própria tribo em ocasião de viagens, visitas e para a própria subsistência, dando aviso porém ao tuxaua do lugar.

5 É proibido ao índio pescar, caçar, mariscar fora da área da própria tribo para fim comercial.

PEDIDO

Além destas resoluções foi encaminhado aos chefes dos postos um pedido no sentido de se interessarem para estudar a possibilidade de registrarem os índios no cartório civil e também para obterem outros documentos como: carteira de trabalho, aposentadoria, etc...

RELATÓRIOS

Foram relatadas as iniciativas realizadas em cada comunidade indígena, neste último período, que podem servir de exemplo ou reverter em benefício das outras; o povo indígena tem que ser unido, porque a nação indígena é uma só.

- A cooperativa agrícola-comercial em Kumarumã, que tem como finalidade de evitar a exploração externa e o nascer de classes sociais dentro da comunidade.
- A construção de igrejas pelo esforço da comunidade em Kumarumã e no Espírito Santo.
- A construção da enfermaria em Kumarumã, que atualmente é sede da cooperativa.
- A recuperação da escola em Kumarumã.
- A construção da escola no Manga.
- A construção da casa da professora no Espírito Santo.
- O barco da comunidade em Urucauã.
- A chegada de um caminhão no Manga, que servirá de coligamento das tribos com a cidade de Oiapoque via terra, evitando a dependência externa.
- Os cursos de enfermagem e teologia para 6 índios das comunidades de Kumarumã e Curipi.
- A pequena igreja-escola construída no Flexa.
- A escola quase ultimada no Tauari.
- Os cursinhos nas diferentes comunidades.
- As festas da dança do Turê realizadas em Kumarumã.
- A grande festa religiosa realizada no Espírito Santo que viu todas as comunidades do rio reunidas.

DESIDERADA:

- * Olhando para o futuro foi apresentado o pedido de mais uma professora para Urucauã e permanência das professoras atuantes nas comunidades para o próximo ano.
- * O pedido de motores de luz em recuperação na prefeitura de

Oiapoque, em doação para a área indígena.

- * Foi também feito apelo a todos os índios da área para que permaneçam unidos e firmes na luta para conseguirmos a demarcação da área.
- * Os participantes da assembléia se comprometeram em esclarecer as respectivas comunidades sobre as conclusões da assembléia, para que sejam aceitas e respeitadas por todos.

CONCLUSÃO:

Na certeza que as comunidades indígenas reconhecem o momento histórico que esta primeira assembléia marcou para a nossa área e para a nossa consciência de povo; com a certeza e confiança que temos na validade deste nosso trabalho em benefício de todos; confiantes que não traímos as expectativas dos que nos escolheram para representá-los nesta assembléia, enviamos um abraço fraterno a todos os irmãos indígenas das comunidades.

(seguem as assinaturas dos tuxauas e demais representantes de povos indígenas).

CARTA ENVIADA AO PRESIDENTE DA FUNAI

(através da 2a. D.R. de Belém)

Senhor Presidente,

Nós índios Galibis, Palikurs, Karipunas, do Território Federal do Amapá, habitantes na reserva indígena do Uaçá, Kumurumã, queremos apresentar à V. Excia um pedido de fundamental importância para a nossa subsistência: a demarcação da nossa reserva. Tomamos esta resolução frente à situação nova em que virá a encontrar-se a nossa área depois de ultimada a rodovia BR 156 que atravessará a nossa reserva.

Até agora assistimos à invasões limitadas da nossa reserva como a instalação de uma fazenda de bufalinos perto da aldeia Galibis e outras temporárias, motivo de caça e pesca, mas é fácil prever os próximos conflitos que as frentes pioneiras de colonização trarão para a nossa área logo que a rodovia BR 156 esteja transitável e as terras loteadas. Querendo evitar estes conflitos com a sociedade envolvente, com a qual estamos vivendo em harmonia, apresentamos o pedido no sentido de V. Excia tomar as providências para que nossa reserva seja

demarcada. Senhor Presidente, temos muita confiança em V. Excia e por isso redigimos este apelo.

Esperávamos a vinda de V.Excia para apresentar este nosso pedido pessoalmente, mas soubemos que a visita de V.Excia às nossas aldeias foi adiada por tempo indeterminado e é por isso que escrevemos esta carta.

Senhor Presidente, nós somos pequenos na presença dos senhores, mas sabemos que a terra é tudo para nós. Precisamos de terra para os nossos filhos e netos. A terra para nós é tudo: é a nossa riqueza e a nossa vida. Terra e índio são uma coisa só. Índio sem terra é nada.

Senhor Presidente, nós não queremos grande coisa; queremos confirmado por demarcação aquilo que já temos, para que amanhã ninguém possa tirar esta terra de nós e para que todos saibam que esta é terra do índio.

Nós pedimos uma reserva com estes limites: a área que fica entre os rios Uaçã e Curipi, da Ponta Grossa (próximo da Ponta dos Mosquitos onde o rio Uaçã se une ao rio Oiapoque) até às cabeceiras dos dois rios. Pedimos também incluir na reserva a terra na extensão de 5 km à esquerda do rio Curipi e 5 km à direita do rio Uaçã. Apresentamos também o pedido de uma pequena reserva para o pequeno grupo Galibis vindo da Guyana Francesa faz 28 anos atrás e que está morando na margem direita do rio Oiapoque.

Senhor Presidente, confiamos em V.Excia; pedimos que nos envie uma sua resposta e que a demarcação de nossa reserva não demore muito tempo.

Os índios que escrevem à V.Excia são

Paulo Orlando Filho: tuxaua dos Palikurs no rio Urucauã

Geraldo Lod: tuxaua dos Galibis do rio Oiapoque

Luis Soares dos Santos: filho do tuxaua dos Karipunas, da aldeia de S.Isabel no rio Curipi.

Manoel Floriano Maciel: tuxaua dos Galibis de Kumarumã, no rio Uaçã.

Raimundo dos Santos: tuxaua dos Karipunas da aldeia Espírito Santo no rio Curipi.

Narciso (Baixinho): tuxaua dos Palikurs de Tauari, no rio Urucauã.

Demais representantes das tribos.

(Pe. Nello Ruffaldi, conselheiro do CIMI pelo Amapá, nos enviou este relatório)

ANEXO 2

Formulário de Entrevista Semi-Estruturado

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	1. Nome Completo	
	2. Etnia ou povo	
	3. Data de nascimento	
	4. Nome dos pais/casado com quem	
	5. Seus filhos são:	
	6. Reside onde	
SOBRE SUA ATUAÇÃO	7. Qual é a função do cacique?	7. Desde quando trabalha como professor?
	8. Desde quando você está presidindo a CCPIO?	8. Desde quando o senhor participa das Assembléias dos Povos Indígenas do Oiapoque?
SOBRE AS ASSEMBLEIAS GERAL E DE AVALIAÇÃO, PARTICIPANTES	9. Como é eleito o cacique geral?	9. Quando surgiu as Assembleias e por quê?
	10. Desde quando o senhor participa das Assembleias dos povos indígenas de Oiapoque?	
	11. Quando surgiram as Assembleias e por quê?	
	12. O que é uma Assembleia de Avaliação e Assembleia geral?	
	13. Como funciona a Assembleia de Avaliação? É anual, é de dois em dois anos? Tem um líder geral ou não? Quantos dias? Como se divide as discussões?	
	14. Quais foram as principais conquistas das Assembleias de Avaliação e das Assembleias Gerais?	
	15. Houve momentos de dificuldades?	
	16. E hoje como estão as Assembleias?	
	17. Você acha importante a existência da Assembleia? Por que é importante?	
	18. Os jovens participam?	
	19. Todas as lideranças participam?	19. Qual é o papel do professor nas Assembleias de Avaliação e Geral?
	20. Hoje quais são as dificuldades que vocês enfrentam?	20. E hoje, como estão as Assembléias?
	21. Hoje, quais são as dificuldades que os povos indígenas enfrentam?	
	22. Qual é a participação do IEPÉ na organização das Assembleias? E o Cimi, faz o quê? E a Funai? Tem outra organização que ajuda diretamente? Quem e como?	22. Como os professores participam nas Assembleias?
---	23. Os professores ajudam a promover as Assembleias desde quando e como	

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.